

Democracia, Ciência e Tecnologia: aprofundando as contribuições sobre a incubação em economia solidária

Felipe Addor¹

Leonardo Leal²

O campo dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade vem se consolidando no Brasil nas últimas duas décadas com o intuito de contribuir na reflexão sobre teoria e prática de experiências que denotam a importância da Ciência e da Tecnologia e sua relação com as Humanidades.

Consideramos extremamente acertada a decisão da Revista de servir como veículo, por meio de um número especial que visa difundir os desenvolvimentos conceituais e empíricos das Incubadoras Tecnológicas que atuam no campo da Economia Solidária. Estas incubadoras representam, sem sombra de dúvida, um dos principais espaços de construção de uma prática diferenciada no campo da C&T, visto que estruturam um conjunto diversificado de metodologias, estratégias e práticas de ensino, pesquisa e extensão a partir de demandas concretas de grupos sociais diversos, tais como, coletivos de trabalhadores, grupo de mulheres, consumidores, gestores públicos, estudantes e pesquisadores universitários. As incubadoras buscam integrar ensino, pesquisa e extensão em uma dinâmica dialógica entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade, culminando em resultados robustos de transformação social e de desenvolvimento acadêmico-científico.

A experiência das incubadoras de economia solidária remete ao fim dos anos 1990, muito em função da crise econômica do período que exigiu que se construíssem novas estratégias de ação frente ao desemprego e à fome. Inspiradas nas experiências das tradicionais incubadoras tecnológicas que apoiavam a criação de empreendimentos capitalistas, propôs-se a criação de núcleos que pudessem assessorar o desenvolvimento de empreendimentos associativos e cooperativos de base popular. A política pública de fomento às incubadoras de economia solidária ganhou força principalmente após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) vinculada ao Ministério do Trabalho (MTE) do governo federal entre os anos de 2003 e 2016. No âmbito da Senaes, em diálogo com várias organizações e movimentos sociais e instituições públicas, foi criado o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc), que entre sua criação e o ano de 2015 destinou cerca de R\$ 90 milhões de reais para incubadoras em processo de criação ou consolidadas (SOLTEC, 2017), propiciando um alcance de mais de 110 incubadoras de economia solidária em todo o Brasil, conforme dados da avaliação do Programa, realizada em 2016-2017³.

Em coletânea recente, tivemos a oportunidade de explorar reflexões teóricas-metodológicas (ADDOR; LARICCHIA, 2018a) e registrar experiências relevantes nas mais diferentes regiões e universidades do país (ADDOR; LARICCHIA, 2018b). Essas experiências de incubadoras ilustram a variada contribuição técnica, política e científica, e destacam como o aprofundamento da reflexão e a

¹ Diretor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/Nides/UFRJ). Coordenador da Avaliação Proninc 2017. E-mail: felipe@nides.ufjf.br

² Professor do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutorando em Ciência Política (ISCTE-IUL, Portugal e IPOL/UnB, Brasil). Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES/UFAL). E-mail: leonardo.leal@arapiraca.ufal.br

³ Os resultados dessa Avaliação, realizada pelo Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ, que incluem três relatórios de pesquisa, dois livros e dois documentários, podem ser vistos em: <http://nides.ufjf.br/index.php/relatorio-proninc>.

difusão dessas iniciativas podem representar avanços significativos para a prática da missão constitucional das universidades brasileiras, a saber, a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Em função dessa diversidade, propusemos inclusive uma de tipologia de incubação tecnológica em economia solidária, com o intuito de sugerir um guia que permita orientar-se na análise do campo conceitual, empírico e metodológico, classificando, por exemplo, as diferentes abordagens de incubação em: ato pedagógico e de formação; extensão universitária; tecnologia social; e estratégias de desenvolvimento territorial (LEAL, 2018).

À vista disso, esta edição da Revista CTS é mais um importante esforço para dar visibilidade a essas experiências, selecionando artigos de 19 pesquisadores/as que possuem larga experiência no campo e são referência para os estudiosos de Economia Solidária. Para articular e organizar melhor os artigos submetidos e aprovados para esta edição, propusemos uma divisão em duas sessões.

Na primeira parte, que denominamos “*Análise ampliada das contribuições do universo das Incubadoras*”, estão presentes artigos que trazem uma visão mais geral sobre esse campo, permitindo uma discussão sobre a realidade política, a contribuição para o campo das políticas públicas, as possibilidades de ação e intervenção em comunidades e territórios, bem como os recentes desenvolvimentos conceituais e metodológicos em matéria de novas abordagens sobre gestão.

No primeiro artigo, *Inovações e desafios na trajetória da incubação em economia solidária e a experiência dos Centros Públicos de Ecosol da Bahia*, os/as autores/as Genauto Carvalho de França Filho, Tatiana Araújo Reis e Ian Requião de Castro trazem elementos fundamentais para se pensar em como a experiência das incubadoras pode servir de referência para analisar e compreender os instrumentos de políticas públicas no campo da Economia Solidária, inclusive destacando os desafios de se articular um dinâmica solidária, diversa, participativa com a perspectiva quantitativa das políticas públicas. Em seguida, Christiane Florinda de Cima Aires, no artigo *Avaliação das ações da rede de incubadoras de Cooperativas Populares do Estado do Rio de Janeiro*, faz uma análise do trabalho da Rede de ITCPs no Rio de Janeiro, utilizando-se, para tanto, ferramentas da avaliação que podem contribuir no avanço da construção do movimento das incubadoras.

No terceiro artigo, *Perguntas e respostas sobre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil*, Reinaldo Pacheco da Costa apresenta, em forma de diálogo, uma contextualização, a partir da visão de um pesquisador e extensionista que atua há décadas no campo, da história das incubadoras caracterizando sua trajetória ao longo das últimas décadas. Cláudio Antônio de Moraes e Wagner de Souza Leite Molina, autores do artigo *Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária: Perspectivas de gestão de um sistema não hierarquizado e suas relações com o sistema burocrático*, apresentam uma discussão relevante, porém pouco explorada, sobre a efetivação da autogestão dentro das incubadoras, em contextos institucionais por vezes pouco amigáveis a essa proposta.

Fechando esta seção, o artigo *Co-criação da ferramenta de modelo de negócio para Empreendimentos Econômicos Solidários: inovação na metodologia da Incubadora de Tecnologia Social da Universidade de Brasília com a configuração do Canvas Social*, as autoras Sônia Marise Salles Carvalho, Tânia Cristina da Silva Cruz e Denise Machado Duran Gutierrez fazem um considerável exercício de adequação de uma ferramenta voltada para empreendimentos capitalistas para o campo da economia solidária.

Na segunda seção, denominada “*Reflexões metodológicas da prática de incubação*”, encontram-se artigos que nos permitem compreender com maior proximidade o cotidiano das práticas de incubação, apresentando os resultados e desafios do processo de trabalho das incubadoras junto aos coletivos de trabalhadores/as.

Essa parte se inicia com o artigo *Trabalho, Trabalho Coletivo: A compreensão desse binômio no interior do projeto de assentamento Nova Amazônia*, onde os/as autores/as Meire Joisy Almeida Pereira, Hiroshi Noda e Sandra do Nascimento Noda trazem a realidade amazônica para apresentar ao leitor, promovendo reflexões sobre o trabalho a partir de uma experiência no campo da agricultura familiar.

O segundo artigo, *A importância da pesquisa na práxis extensionista: indicadores de autogestão na incubação do Núcleo de Produção da Associação Bem da Terra/RS*, de Tiago de Garcia Nunes, Samantha Vieira Zschornack, Diego Rodrigues Gonçalves e Solaine Gotardo destaca a importância de se perceber e avaliar a autogestão dentro das organizações, propondo indicadores que permitem avaliar os empreendimentos econômicos solidários.

Nos dois trabalhos que seguem, Victória Régia Arrais de Paiva, com o artigo *Configurações da Incubação em Economia Solidária: Trajetória e desafios da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal do Cariri*, e Kaio Lucas da Silva Rosa, com *Metodologia de incubação da ITCP/Unifal-MG: reflexões e apontamentos a partir da prática*, trazem destacadas reflexões sobre a metodologia de incubação a partir da experiência vivenciada em suas respectivas instituições.

Para finalizar este número da Revista, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado, Lizandra Barbuto e John Dudley Croft apresentam o artigo *O método colaborativo aplicado na pesquisa-ação: contribuições do Dragon Dreaming na incubação social do saneamento ecológico*, desenvolvem uma reflexão sobre organização social a partir da experiência de um projeto de saneamento ecológico, destacando a importância de métodos participativos que estruturam essas práticas.

O contexto atual das incubadoras tecnológicas de economia solidária revela uma série de desafios, mas também de possibilidades. Com uma conjuntura político-institucional pouco favorável, em relação aos últimos 20 anos, essas experiências precisam buscar manter a vivacidade de suas práticas para continuar construindo as bases para um caminho alternativo de construção de práticas econômicas alternativas. Para além disso, fortalecer espaços de integração e de intercâmbio, como as redes de incubadoras, tornou-se um desafio ainda mais importante para que esse setor continue pautando políticas públicas e amplie sua capacidade de influência no ambiente das universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e extensão no Brasil.

Por fim, mostra-se necessário registrar a diversidade de práticas que foram desenvolvidas nos últimos anos para que, independente do contexto político e do cenário de financiamento, essa experimentação sempre sirva de inspiração para estudantes, professores, militantes, gestores que defendem o fortalecimento da democracia na esfera econômica e da política institucional, a partir dos princípios da autogestão, democracia participativa, solidariedade e cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila. **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Concepção, metodologia e avaliação.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018a. Disponível em: https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Incubadoras-Tecnologicas_v1_2ed2019.pdf

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila. **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Experiências e reflexões a partir da prática.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018b. Disponível em: http://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Incubadoras-Tecnologicas_v2_1ed2018_web.pdf

LEAL, Leonardo Prates. **Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária.** Em: ADDOR; LARICCHIA (Orgs.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Concepção, metodologia e avaliação.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

SOLTEC. **Avaliação do Proninc – Relatório Final 2017.** Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. pp. 154. Disponível em: <http://nides.ufrj.br/index.php/proninc>.